

Racismo e Alienação – O Outro Como Impossibilidade de SER

Racism and Alienation – The Other as Impossibility of BEING

Érika Cristina Silva Alves

Mestrado em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Docente, Secretaria Estadual de Educação, Uberaba, MG, Brasil

 professoraerikacristina@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8554-0326>

 <https://doi.org/10.29327/2206789.19.33-13>

 Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](#) 

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o racismo e suas interfaces estruturais, promoveram consequências na constituição do sujeito negro em sociedade. Expor a lógica do processo de racialização dos humanos, que cunhou o conceito de racismo como hoje o conhecemos, são movimentos essenciais para interpretar a ideologia trazida pelos colonizadores e a convicção da legitimidade de suas ações. Perceber a forma como o Brasil foi se constituindo, desde a grande invasão - Descobrimento do Brasil – até os dias atuais, foi determinante para a colonialidade perdurar e o racismo estrutural se estabelecer de forma tão plena. A modernidade teve sua origem a partir desse sistema de usurpação de riquezas e de sujeição dos colonizados, retificando a sua existência, classificando-os como os “outros”, diferente da referência idealizada do colonizador. A partir desse contexto, dialogamos com pensadores que vem elaborando um grande acervo nos estudos decoloniais como Césaire (2010), Fanon (2008), Spivak (2010), Santos (2002), Santos (2015), Santos (2002), Munanga (2004), Quijano (1991; 2005), Nascimento (1980), Ratts (2006), Memi (2007) e González (1984) em busca de uma disruptura das narrativas da colonialidade, onde o outro, segundo a lógica hegemônica – o diferente – tem menor valor na sociedade e portanto pode ser desabilitado de sua humanidade, impossibilitando a este – o outro, ser, em sua singularidade.

Palavras-chave: colonialidade, decolonialidade, racismo

Abstract

The present work aims to understand how racism and its structural interfaces promoted negative consequences in the constitution of the black subject in society. Exposing the logic of the process of racialization of humans, which coined the concept of racism as we know it today, are essential movements to interpret the ideology brought by the colonizers and the conviction of the legitimacy of their actions. To understand how Brazil has been constituted, since the great invasion - Discovery of Brazil – until the present day, it was decisive for coloniality to endure and structural racism to be established so fully. Modernity had its origin from this system of usurpation of wealth and subjection of the colonized, replacing their existence, classifying them as the "others", different from the idealized reference of the colonizer. From this context, we will dialogue with thinkers who have been preparing a large collection in decolonial studies such as Césaire (2010), Fanon (2008), Spivak (2010), Santos (2002), Santos (2015), Santos (2002), Munanga (2004), Quijano (1991; 2005), Nascimento (1980), Ratts (2006), Memi (2007) and González (1984) in search of a rupture of the narratives of coloniality, where the other, according to hegemonic logic – the different – has less value in society and therefore can be disabled from his humanity, making it impossible for him – the other to be, in his singularity.

Keywords: coloniality, decoloniality, racism

Recebido em 05/12/2022

Aceito em 15/02/2023

Publicado em 31/03/2023

Introdução

As sociedades estruturadas sob o colonialismo carregam em si os nefastos subprodutos dessa organização social, entre eles o racismo. A separação dos indivíduos em raças foi a ferramenta encontrada para desconstruir a noção de sujeito do negro e dos povos originários. A ideologia do racismo, legitimou as invasões dos colonizadores em terras estrangeiras, dando legalidade às suas ações, como aconteceu no Brasil. A colonialidade permeia as instituições e as relações entre o sujeito aqui no país, e é desse contexto que o racismo estrutural se solidificou.

Por essa razão, o objetivo desse ensaio é compreender como o racismo e suas interfaces estruturais, promoveram consequências negativas na constituição do sujeito negro em sociedade. No primeiro momento dessa reflexão, discursamos sobre o “Racismo, alienação e o desaparecimento do “outro””. Explicando como processo de racialização, seguido da ideologia do racismo, classificou e hierarquizou os indivíduos tendo inúmeras consequências, entre elas a reificação do sujeito negro, transformando-o em um “outro”, apartado de humanidade e direitos, simplesmente por não se identificar com o modelo padrão europeu – branco, cisgênero, heterossexual e cristão. Fundamentamos os argumentos dialogando com pensadores que analisam as questões

da diáspora e suas implicações sociais, políticas e filosóficas como Césaire (2010), Santos (2015), Munanga (2004), Almeida (2020), Quijano (2005), Spivak (2010), Fanon (2008) e González (1984).

Seguindo a gira, colocamos em pauta a “Decolonialidade, a diferença como riqueza” inserindo outras narrativas e conceitos, trazendo outros modos de compreender o mundo, além da eurocêntrica, ampliando a visão diante da uma realidade cirurgicamente projetada para reduzir o “outro” e os grupos onde está inserido. Nessa encruzilhada, propomos um diálogo com Quijano (1991, 2005), Spivak (2010), Santos (2002), Santos (2015), Nascimento (1980), Ratts (2006) e Memi (2007) para juntos, pensar sobre a alteridade e perceber o “outro” como “nós”. A singularidade da decolonialidade está em fazer o ouvido vibrar com narrativas outras para abarcar as vozes até então silenciadas.

Racismo, Alienação e o Desaparecimento do Outro Colonização – Coisificando o Outro

Refletir sobre a sociedade brasileira e as questões de ordem sociais e econômica, por exemplo, sobretudo da população preta e parda, requer compreender as estruturas e os caminhos traçados na constituição do país até chegar nos dias atuais.

Invadir, explorar, escravizar e matar formam a lógica do colonialismo. Invadir o território, a casa, a intimidade; explorar as riquezas encontradas, a cultura, o conhecimento; escravizar os corpos, a mente dos colonizados; matar a língua materna, a identidade, a subjetividade dos colonizados. Destituir a humanidade do colonizado, o tornando objeto, coisa, para justificar as cruéis ações contra eles. “Nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizador em Vigilante, em suboficial em feitor, em anteparo, e ao homem nativo em instrumento de produção.” (Césaire, 2010, p.27). O autor explica como o colonizador criou o ambiente necessário para a dominação, atacando a subjetividade do colonizado, construindo uma imagem de menor valor sobre o outro – diferente -, e por essa razão, poderia escravizá-lo. “Falo de milhões de homens aos quais sabiamente se lhes inculcou o medo, o Complexo de inferioridade, o temor, o pôr-se de joelhos, o desespero, o servilismo.” (Césaire, 2010, p.28).

A narrativa criada de invadir para levar aos povos a civilização, uma religião – pois todos eram pagãos -, o avanço, tirando deles a selvageria, a barbárie de sua cultura e costumes, ensinando-lhes uma nova língua e modos de se portarem – a referência eram eles próprios, claro, os europeus.

A colonização no Brasil aconteceu do mesmo modo, deixando uma marca na forma dos indivíduos verem, interpretarem e tratarem os sujeitos afrodescendentes e os povos indígenas. A seguir, Nego Bispo tece um cirúrgico comentário ao se referir a esse período.

O processo de escravização no Brasil tentou destituir os povos afro panorâmicos de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, a começar pela tentativa de substituir o paganismo politeísta pelo cristianismo culto monoteísta. No plano individual, as pessoas afro panorâmicas foram e continuam sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tida como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens (Santos, 2015 p. 37-38).

Colonizadores religiosos, enviados pela “divindade” catequisaram os “bárbaros”, e mataram quem não estivessem abertos “à palavra divina” “[...] cristianismo - Civilização; paganismo = selvagerismo, das quais só poderiam resultar consequências colonialistas e racistas abomináveis, cujas vítimas deveriam ser os índios, os amarelos, os negros.” (Césaire, 2010, p. 14).

A modernidade tornou-se exequível, devido a esse processo no qual é impossível dissociar, ou seja, a base para a modernidade se erguer foi o colonialismo. Nesse sentido, com a transformação do saber e do poder, surge na modernidade o estado nação. A grande sacada da modernidade foi modificar a ontologia, ao alterar o cogito, a ideia de um sujeito surge a partir daí. É um novo sujeito que está sendo colocado nesse sentido, de acordo com a sua origem e cor de pele. O ponto decisivo na colonialidade deu-se pela organização de instrumentos bem construídos de demarcações dos sujeitos, estabelecendo critérios de igualdade e identidade para alguns, deixando de fora outros sujeitos nessa categoria. (Césaire, 2010; Munanga, 2004).

A Construção da Ideia de Raça – A do “Outro” Era Inferior

Seguindo a lógica da colonização, essa ideologia foi baseada na ideia de raças, por esse critério seria possível subdividir as pessoas e a partir daí, instituir um grupo

privilegiado, no caso os da raça branca, socialmente cunhado como branquitude, e os “outros” pertencentes aos grupos dos diferentes do primeiro – a referência.

Segundo Munanga (2004) a delimitação desses termos possibilitou outras subdivisões, como classe, por exemplo. O autor explica o termo:

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné, conhecido em Português como Lineu (1707-1778), o uso para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada (Munanga, 2004, p.1).

Ao ressignificar o termo raça para o humano, os colonizadores embutiram valores políticos, sociais, morais, e sobretudo ideológicos. O conceito de raça passou a cunhar desde a questão da descendência às diferenças físicas entre os povos, separando os puros, os nobres, dos não puros, os plebeus. Por essa razão era legítimo sujeitar alguns grupos a tratamentos privilegiados e a outros, de submissão, a partir daí começou o processo de racismo, conforme explica Munanga (2004). Deslocar o conceito do biológico para a esfera de valores operacionalizou a racialização dos humanos, a citação do autor evidencia.

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (Munanga, 2004, p.5).

Desse modo, ao longo da história, surgiu o processo de racialização, classificando e hierarquizando os indivíduos com interesses de dominação e exploração. Sociedades foram organizadas a partir desse critério, grandes nações surgiram dessa ideologia. Usando desse raciocínio surgiram estudos no campo de áreas diversas com a intenção de justificar a segregação dos sujeitos a partir da raça, trazendo explicações absurdas, mas que interessavam aos grupos que estavam no poder. (Munanga, 2004; Césarie, 2010). Como consequência da forma de pensar e perceber as pessoas dos grupos socialmente divididos, surgiu o racismo.

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (Munanga, 2004, p. 8).

O racismo, aliado à ideia de racialização das pessoas, deram a base para movimentos econômicos e organizações da sociedade posteriormente, abrindo dessa forma diferenças abissimas na experiência mundo-vida dos indivíduos marginalizados, entendidos como os “outros”.

Alienação – Quem é “Outro”? O “Outro” Não Existe!

Paralelo aos movimentos ligados à construção da ideologia das raças, estavam ocorrendo mudanças profundas na organização do trabalho, com surgimento do capitalismo. No campo econômico mudanças ocorreram com a teoria marxista ao criticar o modelo de produção que induzia o operário a alienação pela exploração do seu trabalho exaustivamente. O poder se estabelecia por esse viés, os donos das forças de produção detinham o poder e aos operários, cabiam obedecer ao que era estabelecido.

Uma segunda interpretação é realizada pela Teoria Crítica que entendia que não apenas a força do trabalho era um processo de alienação do sujeito, mas se estabelecia também em outras instâncias sociais, como a indústria da cultura, música, artes no geral, a educação e sua reprodução. Ou seja, um tecido social é costurado para envolver o sujeito transformando a sua percepção de mundo, provocando a sua alienação, de acordo com a ideologia dominante. Com a Teoria Crítica, surgiram pensadores que começaram a analisar a sociedade por esse viés e suas consequências na constituição do sujeito (Césaire, 2010; Quijano, 2005).

O indivíduo não consegue perceber-se nesse invólucro, portanto não tem consciência da própria alienação, e por isso não se percebe como colonizado. O colonizado precisa entender as estruturas que o atinge, trazer à consciência as estratégias imbricadas da sociedade que o coloca na situação que está na atualidade. A crítica ao eurocentrismo é um dos instrumentos trazidos por vários autores como Césaire (2010), Quijano (1991; 2005) onde problematizam essas questões.

O fato é que a civilização chamada “europeia”, a civilização “ocidental”, tal como foi moldada por dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas que sua existência originou: o problema do proletariado e o problema colonial (Césarie, 2010, p.11).

O processo de colonização baseado na ideologia de raças – racialização – deu abertura para outras bases de discriminação. Aspectos sociais, políticos, educacionais e a desaculturação – onde o objetivo é abstrair a memória, a ancestralidade dos povos dominados, e conseqüentemente o processo de subjetivação dos mesmos.

A subalternização dos negros e indígenas, se legitima pelo processo de desaculturação porque desenha, configura o outro como inferior. Transformando como norma reguladora o “diferente”. Os europeus estabelecem como norma os referenciais biológicos deles mesmos – brancos e heteros. No colonialismo o outro é um estrangeiro/diferente no sentido mais negativo possível, o inimigo. A grosso modo, esse diferente assume a posição de inimigo e a questão é que ele não se percebe, não tem consciência como tal, o “perigoso”. O que fundamenta isso é o processo de normatização europeu trazendo a naturalização da violência. Nesse caso, o diferente é aquele que é exótico. Para os modernos, aqueles que eram exóticos eram inferiores. O exótico só o é, porque a referência contrária é o europeu. E de acordo com a norma decolonial, tudo o que é exótico é inferior, por isso a subcategorização dos afrodescendentes e indígenas (Césarie, 2010; Spivak, 2010).

A grande questão da colonialidade emerge desse nefasta dinâmica, pois nascer e crescer em uma sociedade onde se é paulatinamente subcategorizado, subalternizado, fragmenta a subjetividade desses povos – negros e indígenas. Fanon (2008) devido a sua formação na área psicanalítica teceu uma requintada reflexão esboçando as máscaras criadas pela sociedade colonial e depois moderna para o negro e o indígena. O autor cita como a desconstrução do sujeito negro é realizada a partir da linguagem. “Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” (Fanon, 2008, p.33). Mas a cultura e linguagem não é a do afrodescendente e tão pouco do indígena, aliás, este apagamento das dimensões sociais foram bem articuladas de tal maneira que quaisquer referências a essas questões são interpretadas como folclóricas e sem o menor valor.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição

diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (Fanon, 2008, p. 34).

O apagamento da cultura é uma das ferramentas para o racismo estrutural se instalar. E isso acontece de tal forma que aliena o colonizado e de uma certa forma o colonizador também devido à organização social baseada na exclusão, ter se tornado a ordem vigente, a normalidade. Reproduzem falas, gestos, sem saber de fato os desdobramentos que ecoarão no outro (Fanon, 2008; Césarie, 2010; Spivak, 2010).

Kilomba (2020) problematiza essa pauta mostrando em sua obra, *Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano*, obra publicada de sua tese de doutorado realizada na Alemanha, onde expõe as dinâmicas do racismo. Ela explica que na pirâmide social o topo é ocupado pelo homem branco, em segundo lugar a mulher branca, em terceiro o homem negro e por último na base, a mulher negra. Nesse contexto, toda a estrutura social é desenhada para os pertencentes à branquitude. O homem negro é o “outro” e a mulher negra, numa situação ainda mais destituída de identidade, é o “outro do outro”. A autora explica que a mulher negra é a mais brutalmente atingida no contexto sociológico. Ao identificar o “outro” – negro – como inferior, a branquitude estabelece um antagonismo a um “eu”, superior, justo e bom. um processo psíquico de projeção ocorre, conforme explica a autora a seguir.

Enquanto o sujeito negro se transforma em um inimigo intrusivo, o branco tornar-se vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se o oprimido, o tirano. Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora criando o chamado “Outro,” sempre como antagonista do “eu” (self). Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego – a parte “boa”, acolhedora e benevolente - é vista e vivenciada como “eu” e o resto – a parte “má”, rejeitada e malévola – é projetada sobre a/o “Outra/o” como algo externo. O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme em reconhecer em si mesmo, nesse caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o (Kilomba, 2019, p.34-37).

Elencamos esse trecho, um pouco extenso, mas extremamente pertinente para a composição de quem é esse “Outro”, eixo principal do presente ensaio. Esse “outro” é o sujeito escravizado, colonizado e destituído de direitos básicos da vida em sociedade.

Ainda nesse contexto, Fanon (2008) esclarece a respeito da inferiorização do colonizado. Em um mundo onde ele não existe enquanto possibilidade de ser e é tratado como meio/objeto para que outros sejam, sua subjetividade é afetada. “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização européia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o

racista que cria o inferiorizado.” (Fanon, 2008, p. 90). Nessa relação, o negro precisa articular um diálogo duplo, primeiro com o outro (mundo) que o nega e em seguida consigo e o desejo de ser validado. “O branco está fechado na sua brancura. O negro na sua negrura” (Fanon, 2008, p. 27). Como sair desse condicionamento? Para que a emancipação desse sujeito ocorra, faz-se necessária a tomada de consciência dessas forças que o atingem em todas as dimensões sociais, como explica o autor:

No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: - inicialmente econômico; - em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade (Fanon, 2008, p. 28).

Emancipação torna-se necessária diante do cenário de anulação que o negro é paulatinamente submetido. Compreender a ideologia do colonialismo, a lógica que alicerça as relações de trabalho e sociais com a finalidade de manter o status quo. Essa questão também é problematizada pela autora ao se referir à imagem projetada no sujeito negro, o “outro”.

A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido a sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória (Gomes, 2005, p. 46).

A complexidade da configuração do racismo estrutural provoca nos envolvidos uma espécie de neurose, pois a objetificação do “outro” e conseqüentemente todos os problemas acarretados por essa postura fazem com que se negue também os mesmos. “Pois não há motivos para se combater o racismo pois aqui no Brasil isso nem existe”, é o discurso usado pela branquitude. Essa pauta já foi problematizada brilhantemente há muito tempo por González (1984), mas ainda assim, o problema perdura ainda hoje.

Por outro lado, a branquitude precisa sair de sua zona de conforto – alienação – e estabelecer diálogos e ações onde reconheçam as estruturas do racismo (Almeida, 2020) para que juntos possamos não apenas sonhar, mas estabelecer uma prática que permita uma sociedade mais igualitária.

Decolonialidade, a Diferença Como Riqueza

Em paralelo às críticas à colonialidade, surge em contrapartida, outras narrativas além da eurocêntrica, com o intuito de inserir os discursos dos “outros” excluídos e trazer à baila outros entendimentos de mundo.

Na decolonialidade a perspectiva do ser humano se modifica, o ser negro e o ser indígena começam a serem percebidos como sujeitos, indivíduos com uma historicidade e com uma narrativa própria, diferente do que o eurocentrismo prega. Nesse sentido queremos ressaltar a importância da epistemologia decolonial para dialogar conosco criando um ambiente teórico favorável e consequentemente uma práxis que possa estabelecer narrativas outras, reconhecendo e validando saberes outros de povos há muito silenciados na história da nossa sociedade (Resende, 2019; Quijano, 1991, 2005).

Diante de tanta opressão, em todas as instâncias sociais, por séculos, talvez venha a pergunta: “Pode o subalterno falar?” (Spivak, 2010), a própria autora nos direciona a resposta. É preciso vomitar todo o silenciamento imposto, há muito o que ser dito, restituído, construído, reinaugurado. Em todos os movimentos de domínio ao longo da história, fica evidente que a liberdade é sempre uma conquista, nunca foi dada de “mãos beijadas”, portanto essa ação deve ser sabiamente articulada pelos “outros”, organizados em associações, grupos.

No período escravista aqui no Brasil, ocorreram diversos movimentos de resistência e enfrentamentos diante das agruras da escravização. Talvez pareça uma imagem mitológica de um colonizado passivo, mas não foi essa a realidade, nunca foi.

É sabido que o povo da África, ao chegar ao Brasil, imediatamente se rebelou contra os colonizadores, deles escapando de várias maneiras: adentrando-se pelas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários contra colonizadores, formando comunidades em parceria com os povos nativos, em determinados casos organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo (Santos, 2015, p.48).

Os quilombos surgiram como um movimento de resistência contra os colonizadores e muitos se espalharam pelo território brasileiro. Embora muitos quilombos físicos tenham sido extintos nos períodos de escravização e pós-abolição, o quilombamento tornou-se uma estratégia diante das encruzilhadas, um modo de ser e estar no mundo imprimindo a territorialidade afrodiáspora na união de diversos “outros” (Nascimento, 1980; Ratts, 2006). Por isso ainda estamos aqui, utilizando de variados instrumentos para desconstruir a ideologia da colonialidade.

A diferença compõe a nossa riqueza, o singular mostra a sua potência diante da tentativa de homogeneização e pior, do apagamento do “outro”. Unir forças, entoar o canto da ancestralidade os chamando para lutarem conosco. Aceitar a beleza da própria singularidade conforme discorre o autor:

O colonizado se aceita e se afirma, se reivindica com paixão. Mas quem é ele? Certamente não é o homem em geral, portador dos valores universais, comuns a todos os homens. Precisamente, ele foi excluído dessa universalidade, tanto no plano da linguagem quanto de fato. Na verdade, ele se buscou e se endureceu até a substantificação, o que o diferenciados outros homens. Demonstrou-se a ele com orgulho que ele jamais poderia assimilar-se a outros; rejeitaram com desprezo aquilo que, nele, seria inassimilável pelos outros. [...] A mesma paixão que fazia com que admirasse e absorvesse a Europa fará com que afirme suas diferenças; uma vez, enfim, que essas diferenças o constituem, constituem propriamente sua essência (Memmi, 2007, p.173-174).

Ainda dentro do pensamento decolonial, Santos (2002), com a sociologia das ausências aborda também narrativas outras, inserindo no debate outros modos de entender a realidade e os mecanismos sociais ainda imbricados na lógica colonial. Estes discursos são importantes serem cada vez mais difundidos para que a decolonialidade comece a ser compreendida entre os chamados “subalternos” (Spivak, 2010), pois só a partir da ampliação dessas narrativas é que será possível perceber mudanças. O caminho da racionalidade eurocêntrica estreita-se para os subalternos à medida que se amplia o poder dos que a comanda – o poder hegemônico. Santos sugere um novo caminho para pensar a sociedade.

A sociologia das ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos (Santos, 2002, p.252).

A partir do momento que um maior número de pessoas possa tomar consciência dessas novas questões elas sentirão necessariamente o desejo de aquilombar-se. Talvez seja o movimento mais importante diante do poder hegemônico atualmente, a união através de associações, grupos se organizados no sentido de buscar novos direitos buscar novos diálogos romper com a lógica nefasta tão real e tão presente na nossa sociedade

Considerações Provisórias

Ao debater conceitos e termos cuja a origem remontam ao período histórico do colonialismo e sua ideologia, a colonialidade, é possível contrastar diferentes argumentos e compreender as imbricadas articulações elaboradas pelos colonizadores com o intuito de legitimar suas ações. Analisar as bases que sustentam a colonialidade faz-se necessário para compreender a sociedade atual.

As implicações do processo de racialização, a base que originou-se o racismo como entendemos atualmente, trouxeram como consequência a reificação do “outro” – o negro/indígena, bem como o desaparecimento/apagamento de línguas, culturas, costumes. Essas estruturas formaram a base das instituições sociais no Brasil. A negação do “outro” e conseqüentemente os problemas oriundos dessa negação tornam-se um dos maiores agravantes no combate à essas questões no país. Como combater algo que “sequer existe”? Dada a complexidade da configuração do racismo estrutural as mudanças tornam-se lentas, pois há muitas frentes a serem decolonizadas.

O racismo e a alienação produzida neste constructo são um dos fatores que dificultam a mudança dos indivíduos, como também se percebe nesta construção ideológica. Os colonizadores reivindicaram para si a categoria de humano, e, portanto, acham-se detentores de um referencial de direitos e privilégios. Aos “outros”, diferente do padrão ideário, a sua subjugação até o seu desaparecimento.

Contrapondo a realidade dada, ocorreram movimentos de resistência diante de tantas disparidades em variadas instâncias sociais, principalmente no campo epistêmico. A decolonialidade é uma dessas epistemologias que busca desconstruir a narrativa única, há tanto tempo difundida no ocidente. Saber-se singular é uma grande riqueza e essa verdade os colonizadores tentaram ofuscar. Conhecer a própria história e aquilombar-se, é um dos possíveis caminhos para se fortalecer na longa jornada que ainda está por vir.

Daí a importância de ampliar os espaços de discussões dessa temática, para cada vez mais o “outro” – negro e indígena – tenha mais possibilidades de existir a partir daquilo que ele é – um SER potente, diante da força de sua trajetória e lindo, pela grandeza de sua singularidade.

Referências

- Almeida, S. (2020). *Racismo estrutural*. Editora Jandaia.
- Césaire, A. (2010). *Discurso sobre o colonialismo*, (2 ed.) Letras Contemporâneas.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Gomes, N. L. (2005). *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão*. SECAD/MEC.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje e ANPOCS 2*, 223-244.
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Civilização Brasileira.
- Munanga, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.
- Nascimento, A. (1980). *O quilombismo*. Editora Vozes.
- Quijano, A. (1991). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena 29*, 11-21.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em E. Lander (Org). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*, (pp. 117-142. CLACSO.
- Ratts, A. (2006). *Eu sou Atlântica - Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Resende, V. M. (Org.).(2019). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Pontes Editores.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização e quilombos – modos e significados*. Editora UnB.
- Santos, B. S. (2002). Para uma Sociologia das ausências e uma Sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63(out.), 237-280.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Editora UFMG.